

INFLUÊNCIA DA GESTÃO ARQUIVÍSTICA NA IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE TRABALHO DIGITAL NA TV SENADO*

Edna de Souza Carvalho **

André Porto Ancona Lopez***

RESUMO

A Comunicação analisa em que medida a gestão arquivística influencia o processo de produção digital das emissoras de televisão, a partir do estudo de caso da TV Senado. Pretende-se identificar se há obrigatoriedade de inserção dos conceitos e práticas da gestão arquivística nos processos de trabalho dos produtores de TV com a implantação do fluxo de trabalho digital. Como veículo de comunicação, a TV Senado não difere das demais emissoras de televisão públicas e comerciais brasileiras ou internacionais no que diz respeito aos processos de produção da informação, mesmo tendo uma natureza especial ditada pelo enfoque nas atividades legislativas. Está, portanto, inserida no amplo projeto de transmissão digital da televisão brasileira, em sintonia com as mudanças tecnológicas já em prática em diversos países do mundo. O ciclo de produção estará ancorado no padrão *tapeless*, que implica em uma previsão que as atuais fitas desapareçam e os conteúdos circulem em rede digital, em um sistema amplo, capaz de integrar e interligar rotinas de produção, distribuição, transmissão e arquivamento. Quanto maior for o volume de informações a compor esse sistema, maior será a necessidade de controle e integração dos processos de trabalho. Maior também será a necessidade de processos de tratamento da informação para assegurar o acesso e a disponibilidade dos documentos. A atuação do produtor, possivelmente, terá que ser orientada pela prática arquivística para garantir a manutenção dos documentos de arquivo como fidedignos, autênticos e preserváveis. Esse movimento, longe de ser apenas uma questão tecnológica, impõe a necessidade de discussão e revisão dos processos de produção das emissoras de televisão. O processo costuma ser dominado apenas por engenheiros e analistas de informática, que muitas vezes, compreendem o processo tecnológico isoladamente das questões referentes à gestão arquivística dos documentos. Entretanto, são os profissionais de arquivo e da informação que têm a especialização adequada para estruturar os métodos de identificação e acesso aos dados e, ao mesmo tempo, garantir a integridade do arquivo. O trabalho considera dois aspectos principais: a) os parâmetros para o tratamento dos documentos eletrônicos; b) as peculiaridades da produção de uma emissora de televisão – com

ênfase nas dinâmicas próprias do veículo e nas demandas dos produtores da informação para a execução das suas rotinas de trabalho com a implantação das novas tecnologias digitais. **Palavras-chave:** Gestão documental; Documentos Digitais; Documentos em Áudio e Vídeo; Arquivos de Televisão.

ABSTRACT

This paper reports on a case study at the TV Senado (the Senate TV) in order to analyze to which extent archival management influences the process of digital production of television broadcasting stations. It aims at finding out whether there is an obligation to insert concepts and practices of archival management in the TV producers' working processes due to the implementation of digital work flow. Even though the TV Senado has a special nature due to its focusing on legislative activities, it is basically one of the communication mass media, and as such, it does not differ from other public or private television broadcasting stations in Brazil or abroad in its processes of information production. Therefore, it is inserted in the broad project of digital broadcasting of Brazilian television, tuned in with technological changes already practiced in several countries. The cycle of production is anchored on the *tapeless* pattern, which implies the prediction that current tapes will vanish and contents will circulate on digital network, in a broad system, able to integrate and interlink routines of production, distribution, broadcasting, and archiving. The greater the amount of information in the system is, the greater the need of control and integration of working processes. Also, there is a stronger need for processes of treatment of information to guarantee both the access to records and their availability. The performance of the producer will possibly have to be guided by archival practices in order to guarantee the maintenance of records as being reliable, authentic, and preservable ones. This movement, which is far from being just a technological matter, imposes the need for discussing and reviewing the processes of production of television broadcasting stations. The process is usually domineered by engineers and systems analysts, who many times understand technological processes apart from issues concerning the archival management of records. However, professional archivists and professionals in the field of information and communication have a suitable specialization on structuring the methods for identifying and accessing data, and on guaranteeing the integrity of the archive at the same time. This paper considers two main aspects, namely, the parameters for the treatment of electronic records and the peculiarities of production of a television broadcasting station. It also stresses the typical dynamics of this type of media and

demands on producers of information for carrying out their working routines with the implementation of new digital technologies. **Keywords:** record management; digital records; audio and video records; television archives.

1. INTRODUÇÃO:

A Comunicação analisa em que medida a gestão arquivística influencia o processo de produção digital das emissoras de televisão, a partir do estudo de caso da TV Senado. Pretende-se identificar se há obrigatoriedade de inserção dos conceitos e práticas da gestão arquivística nos processos de trabalho dos produtores de TV com a implantação do fluxo de trabalho digital.

A TV Senado foi criada em 1996 para dar transparência ao processo legislativo e, conseqüentemente, fortalecer a cidadania. Cabe a ela, prioritariamente, transmitir as sessões plenárias e das comissões tanto do Senado Federal quanto do Congresso Nacional, além de fazer a cobertura de outros eventos ocorridos nas duas casas. Atua também na produção de telejornais, documentários, entrevistas, matérias e programas especiais. Como veículo de comunicação, a TV Senado não difere das demais emissoras de televisão públicas e comerciais brasileiras ou internacionais no que diz respeito aos processos de produção da informação, mesmo tendo uma natureza especial ditada pelo enfoque nas atividades legislativas. Como em qualquer emissora de televisão, a agilidade é condição primordial para produzir a informação televisiva.

Outra característica é que o arquivo de imagens das TV não é considerado peça fundamental na montagem do produto jornalístico, apesar de a todo o momento o jornalista – principal produtor da informação – solicitar imagens já arquivadas para fazer um novo conteúdo. A preocupação com a identificação e recuperação da informação cabe exclusivamente aos profissionais da área de documentação. Os jornalistas e demais produtores incubem-se, fundamentalmente, da própria produção do conteúdo e de sua posterior exibição.

No processo de trabalho analógico a identificação dos conteúdos por parte do produtor da informação não é uma exigência. Cada qual adota suas próprias medidas, sem observar qualquer tipo de padronização e critério no fluxo informacional. Conseqüentemente, as discussões sobre a organização e descrição da documentação e informação audiovisual, bem como de seu armazenamento e preservação estavam em segundo plano.

A previsão do Ministério das Comunicações é que até 2016 as transmissões analógicas sejam totalmente substituídas pelos sinais digitais, segundo dados da Revista Época, edição 494 (Nov.2007). A promessa de interatividade anunciada como grande marco das mudanças tecnológicas entre o formato analógico e o digital aponta para a necessidade de reflexão sobre o registro, uso e transmissão da informação para além das questões tecnológicas.

A gestão de documentos eletrônicos impõe, inexoravelmente, o tratamento arquivístico da informação desde o início do processo documental, ou seja, desde a captura da imagem. Na TV Senado, atualmente, o arquivo de imagens só é convocado a atuar na etapa final dos processos jornalístico e arquivístico, quando recolhe os documentos finais, veiculados pela emissora, para guarda permanente ou eliminação. A conversão digital é, portanto, uma ação catalisadora no repensar as formas atuais de capturar, produzir, transferir e usar as informações e nos conceitos e práticas da TV Senado, principalmente, nos métodos de trabalho dos produtores da informação.

Nesse contexto, parece surgir uma importante alteração no processo de trabalho jornalístico: os arquivos audiovisuais deixam a posição de coadjuvantes e passam a influir diretamente na definição dos fluxos de trabalho. Esse é o ponto central da pesquisa dos autores para dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCInf/UnB). A produção audiovisual em meio digital requer um conjunto de ações que garantam a integridade dos documentos arquivísticos e a recuperação da informação.

O processo de digitalização da TV Senado está inserido num amplo projeto de transmissão digital da televisão brasileira, em sintonia com as mudanças tecnológicas já em prática em diversos países do mundo. O ciclo de produção estará ancorado no padrão *tapeless*, que implica em uma previsão que as atuais fitas desapareçam e os conteúdos circulem em rede digital, em um sistema amplo, capaz de integrar e interligar rotinas de produção, distribuição, transmissão e arquivamento. Quanto maior for o volume de informações a compor esse sistema, maior será a necessidade de controle e integração dos processos de trabalho. Maior também será a necessidade de processos de tratamento da informação para assegurar o acesso e a disponibilidade dos documentos. A atuação do produtor, possivelmente, terá que ser orientada pela prática arquivística para garantir a manutenção dos documentos de arquivo como fidedignos, autênticos e preserváveis. Documentos estes que compõem um inestimável acervo para a História do Brasil.

Esse movimento, longe de ser apenas uma questão tecnológica, impõe a necessidade de discussão e revisão dos processos de produção das emissoras de televisão. O processo

costuma ser dominado apenas por engenheiros e analistas de informática, que muitas vezes, compreendem o processo tecnológico isoladamente das questões referentes à gestão arquivística dos documentos. Entretanto, são os profissionais de arquivo e da informação que têm a especialização adequada para estruturar os métodos de identificação e acesso aos dados e, ao mesmo tempo garantir a integridade do arquivo.

Os arquivos audiovisuais, portanto, precisam receber tratamento arquivístico para se manterem fiéis ao princípio de organicidade. E compreendidos no bojo das discussões sobre os documentos eletrônicos e, como tal, serem objeto de estudo também da arquivística e da ciência da informação, que junto com outras áreas do conhecimento – engenharia, informática, jornalismo, tecnologia da informação, administração, história, etc - formará o todo multidisciplinar indispensável para que a gestão da informação em formato digital seja plenamente efetiva, sem que haja perda das características arquivísticas.

“A informação em formato digital é extremamente suscetível a intervenções não autorizadas (perda, adulteração e destruição), degradação física e obsolescência tecnológica (hardware, software e formatos), o que compromete sua qualidade e integridade. É necessário, portanto, que os arquivos facilitem o estabelecimento de políticas, procedimentos e práticas para assistir e apoiar as organizações a criarem e manterem documentos fidedignos, autênticos, acessíveis e preserváveis”. (Mc DONALD, 2000, apud ROCHA et al, 2004, p. 3)

2. CARACTERÍSTICAS DA TV DIGITAL:

A busca por padrões digitais para radiodifusão televisiva surgiu nos anos 60 com o desenvolvimento de pesquisas sobre a televisão da alta definição (HDTV) no Japão, Europa e Estados Unidos. A principal expectativa era melhorar a qualidade de imagem e som utilizando a mesma largura de faixa de canais da TV analógica. Junto com o ganho na definição da imagem e do som, as técnicas de modulação digital aumentaram as possibilidades de diversificar a programação e, especialmente, estabeleceram novas realidades na forma como a informação chega à casa do telespectador.

A mudança que deve gerar maior impacto ao telespectador é o uso de recursos interativos. Espera-se que o telespectador possa fazer compras em supermercados, acessar contas bancárias, escolher o ângulo de visão em partidas esportivas, acessar a Internet,

mandar e-mail ou mesmo escolher o horário que quer assistir a determinado programa. “É a integração entre TV, som, videocassete, DVD e computador”, destaca Maron et al. A TV digital é, portanto, um sistema não só de transmissão, mas também de recepção e processamento de sinais, dados e informações.

Em termos gerais, podemos destacar como principais vantagens da TV digital as apontadas por Dallago (2005):

1. Aumento da oferta de programação televisiva;
2. Melhor qualidade técnica de recepção de canais;
3. Combinação das redes telefônicas e televisivas para transformar o aparelho de TV em um terminal de acesso aos serviços atualmente associados à Internet;
4. Combinação da programação televisiva ao formato da Internet oferecendo uma programação desestruturada ou não-linear onde seja possível acessar informações agregadas em relação ao conteúdo original;

3. FLUXO DE TRABALHO NA TV DIGITAL:

O advento da digitalização aponta para inúmeras mudanças tanto nos instrumentos de trabalho, quanto nas formas de transmissão da programação. A tecnologia digital muda os paradigmas da relação do telespectador com o próprio veículo.

Segundo Mallmann (2005), o receptor torna-se gerenciador do processo de fruição informativa:

“A quebra de fronteiras, garante o acesso às informações. No entanto, é necessário verificar que um novo usuário nasce, quando de encontro à mídia digital/online. A tão estudada passividade frente aos fluxos informativos toma nova forma, requestionando o posicionamento do emissor-receptor na estrutura do sistema comunicacional”.

Esse novo modelo na relação emissor-receptor necessariamente estará refletido nos processos de trabalho das emissoras de televisão. A agilidade ganha novos contornos e a não-linearidade de captação/recepção de fluxos informativos se farão presente no dia-a-dia das redações. É, portanto, natural imaginar que o advento da digitalização representa mudanças significativas nas rotinas de produção. Principalmente, porque essas mudanças estão ancoradas em novos paradigmas tecnológicos, o que significa a inserção de novos equipamentos e recursos de trabalho.

Exemplo disso são os novos recursos de edição não-linear que permitem o rápido acesso ao ponto onde é preciso fazer uma alteração durante o processo de edição ao contrário do processo máquina-máquina do sistema analógico de produção. Na prática, destaca Crocomo (2001), desaparecem instantes de espera pela locação da fita a cada novo *take* que se vai agregar ao produto final; são possíveis o acesso imediato ao conteúdo desejado sem corte físico e a incorporação de grande variedade de efeitos sem necessidade de equipamentos suplementares.

Outra mudança significativa nos processos de trabalho será a eliminação das fitas para registro e transmissão dos conteúdos, o chamado padrão *tapeless* – produção sem fita. No padrão *tapeless* muitas rotinas de produção serão executadas digitalmente. Os conteúdos circularão em rede digital, em um sistema amplo, capaz de integrar e interligar rotinas de produção, distribuição, transmissão e arquivamento. Assim, o acesso às informações e conteúdos pode ser feito de forma descontínua, ágil e simultânea.

No ambiente analógico, por exemplo, o conteúdo de uma fita pode servir para a edição de mais de um produto. Nesse caso, os editores e jornalistas envolvidos terão que aguardar que a fita seja liberada para que o trabalho seja feito. Ou seja, um grupo faz um produto enquanto o outro aguarda que a fita esteja disponível para novas formatações ou edições.

O suporte digital possibilita, por sua vez, que o mesmo conteúdo associado à rede de dados seja acessado simultaneamente em vários locais, o que aumenta a agilidade e a velocidade no processo de trabalho. Além disso, sem fitas, o controle e monitoramento dos fluxos de trabalho podem ser facilitados a partir da automatização dos processos e conseqüente redução do índice de falhas.

Nesse contexto, surge um novo design na estrutura de trabalho das emissoras de televisão. O tráfego digital de imagens e conteúdos impõe a existência de um sistema adequado de gerenciamento de dados, caso contrário a confiabilidade e a própria integridade das informações e, dessa forma, a qualidade dos produtos finais, correrão sérios riscos. Essa confiabilidade, segundo MacNeil (2000, apud Rondinelli, 2004, p. 15) tem duas dimensões

principais: autenticidade, fidedignidade. “Fidedignidade significa que o documento é capaz de representar os fatos que atesta, enquanto autenticidade significa que o documento é o que diz ser”. É nos arquivos que se encontra a especialização necessária para promover a estruturação, métodos de identificação e acesso aos dados.

4. GESTÃO ARQUIVÍSTICA:

Ao avaliar o processo de digitalização da TV Senado no âmbito da Arquivologia precisamos ter em mente conceitos básicos de documento arquivístico, gestão arquivística e documento eletrônico.

Utilizando as referências apresentadas pelo Conselho Nacional de Arquivos no e-ARQ Brasil temos as seguintes definições:

1. Documento arquivístico: documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e dotado de organicidade.
2. Gestão Arquivística de Documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
3. Documento eletrônico: informação registrada, codificada em forma analógica ou em discos binários, acessível por meio de um equipamento eletrônico.

A partir dessas três definições básicas, é preciso, primeiramente, reconhecer os produtos audiovisuais produzidos pela TV Senado como documentos de arquivo. De um modo geral, os documentos audiovisuais são considerados como especiais e tratados fora do conjunto orgânico da documentação das instituições. No caso do Senado Federal a documentação da TV Senado ainda não é considerada como parte da documentação legislativa, tanto quanto as proposições, notas taquigráficas e atas. Os programas de notícias, entrevistas, documentários, matérias e programas especiais também devem ser compreendidos

como documentos audiovisuais. Edmonson (1998) propõe, inclusive, a delimitação de uma filosofia e base teórica próprias para os arquivos audiovisuais.

Para os efeitos desse trabalho, não consideramos necessário estabelecer limites específicos para o documento audiovisual, muito embora reconheçamos suas peculiaridades. A definição aqui adotada já contempla os documentos audiovisuais ao estabelecer que o documento de arquivo independe do suporte.

A definição de documento arquivístico apresentada por Schellenberg também descaracteriza o suporte como elemento determinante do documento arquivístico. A finalidade é o principal elemento definidor do documento arquivístico:

“Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outros materiais documentários, independentemente da forma física ou característica, feitos ou recebidos por qualquer instituição pública ou privada, no exercício de suas obrigações legais, ou em conexão com a transação dos seus próprios negócios, e preservados (...) por aquela instituição ou por seu legítimo sucessor, como prova de suas funções, políticas e decisões, procedimentos, operações, ou outras atividades, ou por causa do valor dos dados ali contidos.” Schellenberg (apud RONDINELLI, 2004, p.50)

Além de arquivísticos, os documentos audiovisuais da TV Senado são eletrônicos e como tal demandam novas formas de gerenciamento que combinem peculiaridades tecnológicas, jurídicas e arquivísticas. É por conta disso, que JONG (2000) afirma que a produção digital irá implicar automaticamente numa modalidade de arquivamento.

O processo de digitalização exige o estabelecimento de um sistema integrado que abarque todo o processo de gestão dos documentos de uma emissora de televisão, permeando as sucessivas fases da produção à guarda permanente ou eliminação, ou seja, a gestão do ciclo vital dos documentos. (e-ARQ Brasil, 2006). Além disso, esse sistema virtual integrado promoverá a convergência dos processos de trabalho dos técnicos, especialistas em tecnologia da informação, produtores de programas, editores, jornalistas e arquivistas. Serão conectados subsistemas de produção e reprodução, informações de programas e arquivamento e os processos de transmissão.

A cada etapa do processo novas informações serão geradas. Os materiais audiovisuais sofrerão alterações e adaptações; serão criados documentos de apoio e todas as informações

serão armazenadas em bases de dados compartilhadas. Como não se trata de um processo linear, muito pelo contrário, várias rotinas deverão ser executadas simultaneamente e até mesmo se sobrepor, os processos de trabalho anteriormente separados serão interligados. Conforme antevê Jong (2000), a nitidez das linhas divisórias entre os conceitos de técnica, tecnologia e conteúdo vai desaparecer.

Quanto maior o volume de informações a compor esse sistema maior a necessidade de gestão dessas informações principalmente para garantir a recuperação da multimídia digital. JONG (2000) aponta três tipos de controles a serem exercidos no processo de gestão dos documentos multimídia:

1. o armazenamento de todo o conteúdo digital (objetos de mídia individuais ou agrupados);
2. aplicativos para o processamento e catalogação do conteúdo; e
3. aplicativos para busca e recuperação do conteúdo.

Esse é antes de tudo um processo de gerenciamento arquivístico dos documentos eletrônicos audiovisuais. Diante desse cenário é fácil supor que todas as pessoas que trabalharem na produção da TV Senado terão que adquirir algumas das técnicas dos arquivistas se quiserem realmente trabalhar com eficiência e, em muitos casos, até mesmo se quiserem continuar tendo empregabilidade.

Não será possível participar do fluxo de trabalho sem a introdução de informações cadastrais (metadados), que serão complementadas a cada etapa do processo. Também não será possível administrar a imensa massa documental sem, por exemplo, a definição de um plano de classificação e da temporalidade dos documentos. Bem como, será indispensável fazer descrição dos documentos em várias fases do trabalho e não apenas ao final do processo como ocorre no fluxo analógico. O arquivo da TV Senado e seus documentalistas terão que se posicionar como gestores desse fluxo informacional.

Registrar, classificar, descrever e indexar devidamente são atividades que permitirão a recuperação das informações no futuro. O tratamento documental é a medula óssea da digitalização. Somente bons registros podem garantir a recuperação das informações em todas as etapas de trabalho. A ausência de normas pode condenar um arquivo à morte – eis uma

evidência quando se trata de digitalização, em que não há sequer o recurso do documento físico para qualquer tipo de “descoberta”. (Carvalho, Vasconcelos, 2007)

5. A EXPERIÊNCIA DA TV SENADO:

Em 2003, o Senado Federal optou pela compra de um sistema de digitalização – hardware (robótica) e softwares de gestão da informação - para realizar o gerenciamento do conteúdo audiovisual da TV Senado e da Secretaria Técnica de Eletrônica (STEL), responsável pela guarda de todo áudio produzido na instituição.

Após definida a compra do sistema, foi implantada na estrutura administrativa do Senado Federal, em 2004, a Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais – CEDOC Multimídia. Cabe ao CEDOC Multimídia supervisionar a identificação, tramitação, uso, avaliação, tratamento, armazenamento, organização e o arquivamento dos acervos dos órgãos de comunicação social, da Secretaria Técnica de Eletrônica (STEL) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Compete, ainda, coordenar os processos de implantação das novas tecnologias aplicadas ao acervo, bem como preservar, dar acesso e divulgar a documentação arquivada.

A criação do CEDOC Multimídia demonstra a inclinação do Senado Federal na adoção de um processo estratégico de gestão arquivística calcado na digitalização. A equipe do órgão conta com especialistas de diversas áreas – engenharia, arquivologia, jornalismo, tecnologia da informação, eletrônica, computação, história, administração.

A primeira etapa do trabalho do CEDOC Multimídia envolve duas tarefas distintas: digitalizar o acervo audiovisual analógico da TV Senado e sonoro da STEL; e organizar o processo de produção em formato digital.

A digitalização dos acervos analógicos é um processo de longo prazo que exige tanto a conversão digital quanto a migração e revisão de todos os registrados dos atuais bancos de dados dos arquivos. Esse passivo será gradualmente incorporado ao acervo digital.

A gestão dos conteúdos produzidos em formato digital começou em janeiro de 2007 com a implantação do sistema de exibição digital – *playout*. Apesar de ainda não ter sido homologado, o sistema de exibição digital já trouxe novos atores ao processo de produção. Em primeiro lugar, podemos observar que o fluxo de exibição da programação da TV Senado está completamente associado ao armazenamento e preservação dos conteúdos. Para exibir seus conteúdos gravados no *playout*, a TV Senado precisa necessariamente introduzir esses

conteúdos observando normas de classificação e de cadastro no sistema de arquivamento do CEDOC Multimídia.

O plano de classificação adotado foi definido pela equipe do CEDOC Multimídia observando duas categorias principais: as produções legislativas e as demais produções da TV Senado. O plano de classificação ainda está sendo testado, especialmente, pela equipe de Programação da TV Senado. As outras áreas - jornalismo, produção de programas, produção de documentários e diretoria – estão agora envolvidas junto com a equipe do CEDOC Multimídia no processo de definição da temporalidade desses documentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A verificação preliminar nos faz acreditar que realmente o fluxo de trabalho digital na TV Senado está sofrendo influência da gestão arquivística. Entretanto, ainda é preciso observar e avaliar com cuidado a inserção das novas tecnologias digitais na TV Senado para concluir se há de fato uma relação de dependência entre gestão arquivística e digitalização da TV Senado. Bem como, para que sejam definidos parâmetros para o tratamento dos documentos eletrônicos audiovisuais pelos próprios produtores da informação.

De qualquer forma, fica claro que por se tratar de um sistema eletrônico todas as etapas deveriam passar por processos específicos de gestão arquivística.

“Os sistemas de arquivo garantem a manutenção e a preservação ao longo do tempo de documentos de arquivo autênticos, fidedignos e acessíveis. Para os sistemas responderem a estes requisitos é indispensável implementar funções adequadas de gestão de documentos de arquivo de forma continuada ao longo de todo o ciclo de vida documental”. (Conselho Nacional de Arquivos, 2005)

A migração dos formatos analógicos para digital é uma tendência irreversível. A previsão da Federação Internacional de Arquivos de Televisão (FIAT/IFTA) é de que em 15 anos os formatos analógicos estejam esgotados. Isso obriga as emissoras de televisão a buscarem novos caminhos para continuarem operando. Mais do que uma mudança nos formatos de armazenamento, a digitalização significa uma nova estrutura de trabalho, os meios de produção também estão sendo modificados. Os profissionais da área são atores de uma nova forma de cultura, de uma nova sociedade.

Nesse cenário, aspectos técnicos relativos à gestão de documentos e informações precisam ser considerados nas discussões sobre os novos processos, métodos, técnicas e conceitos a serem adotados não só nas empresas de comunicação, mas na própria sociedade. Todos os profissionais da TV Senado terão que participar das discussões e definições afinal cada profissional atuará em uma das fases do ciclo vital dos documentos audiovisuais.

Em última análise, podemos considerar que a gestão de documentos arquivísticos é fundamental como instrumento para tomada de decisões, recuperação da informação e preservação da memória institucional de qualquer organização. Nortear a TV Senado por processos de produção, organização e preservação de documentos é uma decisão que pode garantir usos inteligentes da informação e do conhecimento, gerar vantagens competitivas e dotar a organização de instrumentos capazes de aprimorar seus próprios processos, produtos e serviços.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de arquivos correntes em ambiente eletrônico. *Documentos de arquivos eletrônicos: manual para arquivistas*. ICA, Estudo n. 16. 2005. Disponível em: <http://www.ica.org/biblio.pnh?pdocid=285>. Acessado em: 02 de maio de 2008.

CROCOMO, Fernando Antônio. O uso da edição não-linear digital: as novas rotinas no telejornalismo e democratização de acesso à produção de vídeo. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/6773.pdf>. Acessado em: 11 de junho de 2008.

DALLAGO, Aline Gabrieli Palaver. *Televisão e Linguagem: tendências com as tecnologias digitais*. Porto Alegre, PUCRS, 2005. Disponível em:

<http://www.pucrs.br/uni/poa/famecos/pos/download/disserta.htm>. Acessado em: 11 de junho de 2008.

EDMONDSON, Ray. *Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais*. Preparada por Ray Edmondson e membros do AVAPIN [para o] Programa Geral de Informação e UNISIST. Paris: UNESCO, 1998.

JONG, Annemieke de. *Los metadados em el entorno de la producción audiovisual*. Archivo Audiovisual de Holanda, 1992.

MALLMANN, Andréia Denise. O fluxo das Informações Jornalísticas no Tempo-Espaço das Mídias Digitais/Online. Porto Alegre, PUCRS, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2035-1.pdf>. Acessado em: 11 de junho de 2008.

MARON, Carla; BOATTINI, Danton; BORGES, Diego; MASTELLA, Miralvo. TV Digital: um novo modo de ver e ouvir televisão. Centro de Mídia Independente, 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/>. Acessado em 11 de junho de 2008.

ROCHA, Cláudia Lacombe; RAMOS, Márcia Helena de Carvalho; SILVA, Margareth da; RONDINELLI, Rosely Curi. *Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional:CONARq, 2004. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/download/. Acesso em: 02 de maio de 2008.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei. *Gestão de Documentos Eletrônicos*. Brasília: ABARQ, 2002.

SANT' ANNA, Marcelo Leone. *Os desafios da preservação de documentos públicos digitais*. UFMG: Belo Horizonte, ANO

THE INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS. Inter pares 2 Project. Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acessado em: 2 de maio de 2008.

THOMAZ, Kátia P. Gestão e Preservação de Documentos Eletrônicos de Arquivo: Revisão de Literatura – Parte 1. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.8-30, jul/dez. 2005.

* Comunicação resultante de projeto de dissertação de mestrado, integrante da linha de Gestão da Informação e do Conhecimento do Programa Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PGCINF-UnB), sob a orientação de André Porto Ancona Lopez.

** ednacar@senado.gov.br – Bibliotecária e Jornalista, mestranda do (PGCINF-UnB) e Diretora da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais do Senado Federal – CEDOC Multimídia.

*** apalopez@gmail.com - Doutor em História e Especialista em Organização de Arquivos pela USP. Professor do Curso de Arquivologia da UnB, Departamento de Ciência da Informação e Documentação.